

De Roma antiga à Brasília: a cidade planejada não foi feita para os pobres

Angerlânia da Costa Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal - Rio Grande do Norte - Brasil

angel_htaa@hotmail.com

Resumo: A partir de um diálogo com diversos pesquisadores de cidade e de urbanização, este estudo traça uma comparação entre os importantes centros urbanos antigos e algumas das atuais metrópoles brasileiras, apresentando uma permanência comum entre elas: a segregação de seus moradores pobres. Em outras palavras, o texto aborda como ao longo do crescimento das cidades, os planejamentos urbanísticos promoveram a exclusão espacial da população menos abastada, mantendo-a afastada, periférica e desassistida.

Palavras-Chave: Planejamento Urbano. Moradia. Segregação espacial.

Introdução

Quando os homens se organizaram coletivamente e passaram a intervir na natureza, transformando a paisagem natural, desfavorável à sua existência, em um espaço construído, voltado a atender às suas necessidades, eles se tornaram conscientes de sua força produtiva, de sua relação com a natureza e de si mesmos. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando são elas próprias as produtoras do ambiente em que vivem (TUAN, 2013). Desse processo de sofisticação do meio ambiente, surge uma segunda natureza, manufaturada e feita de elementos retirados da primeira (ROLNIK, 1995). Enquanto a originária nasceu de si mesma ou de uma força mística, as construções espaciais são frutos da imaginação e do trabalho articulado de muitos homens e surgem da sedentarização. Porém, mais importante que fixar-se para plantar era garantir o domínio permanente de um território, logo, erguem-se as cidades (ROLNIK, 1995).

Sendo a cidade uma obra coletiva, o seu nascimento exige uma organização e gerência da vida social dos indivíduos que a compõem. Desde sua origem, a existência física da cidade é indissociável de sua existência política (ROLNIK, 1995). Para construir algo coletivamente, faz-se necessário seguir alguma normalização ou regulamentação interna e todos devem desempenhar bem a sua função, a fim de que a cidade prevaleça. Este espaço, local de moradia e trabalho, resultou do excedente – quando a produção

agrícola gerou uma quantidade de alimentos maior que o necessário para o consumo imediato (ROLNIK, 1995). A partir do excedente, muitos moradores deixaram de ser produtores agrícolas e se tornaram consumidores, passando a se dedicar a outras funções também indispensáveis para a boa fluidez da dinâmica urbana. Isto resultou na ampliação de novas atividades ou tecnologias de trabalho, tais como: obras de drenagem e irrigação, comércio, construção de muralhas e defesa de guerra, artesanato, engenharia, sacerdócio, entre outros.

A origem da cidade significa a própria origem do Estado e da estratificação socioeconômica, ela dividiu a sociedade em classes, estabelecendo hierarquias sociais a partir das funções exercidas pelas pessoas no interior urbano. Ademais, o seu nascimento se deu pelo esvaziamento das zonas agrícolas (LIVERANI, 2016). Ainda que as cidades tenham se formado de um trabalho coletivo, a necessidade de uma gestão da vida pública e, conseqüentemente, a divisão das funções de administração do excedente alimentar, comando de guerra, diálogo com os deuses, e produção agrícola, produziu uma sociedade bastante hierarquizada e isto se expressava em termos espaciais (ROLNIK, 1995).

Enquanto o palácio do rei ou os templos eram suntuosos, centralizados e espaçosos, refletindo os privilégios e o poder das classes que estavam no topo da pirâmide social, os súditos, pertencentes à base, não gozavam da mesma realidade: “[...] a antiga cidadela, no que se diferia da comunidade da aldeia, é uma sociedade governada por castas, organizadas para a satisfação de uma minoria dominante, não é mais uma comunidade de famílias humildes que vivem por meio de auxílio mútuo” (MUMFORD, 2004, p. 46). “Cidadela” seria a pequena cidade, originada mais de uma transformação nos hábitos módicos das aldeias que de uma evolução urbana ou de uma ampliação territorial. Se nas comunidades aldeãs, o papel do chefe local era manter a vida social organizada e controlar a distribuição dos excedentes agrícolas, nas cidadelas o chefe decidia sobre quem podia viver ou morrer, sobre quem explorava ou era explorado, sobre quem comia ou não.

A criação da escassez frente à crescente abundância de recursos naturais foi um dos primeiros triunfos da economia de exploração civilizada, algo profundamente contrário aos costumes das aldeias (MUMFORD, 2004). Mas, a diferenciação entre as castas não era visível apenas no campo político e social, o poder também se refletia nas edificações: “o ambiente é considerado um quadro de vida, em que o espaço construído é expressão concreta ou específica do sistema social que exerce influência, quer sobre as nossas atividades, quer sobre as relações dos indivíduos com os seus semelhantes”

(COSTA, 2015, p. 20). Os primeiros planos urbanísticos intencionaram dividir os espaços em conformidade com as posições sociais de seus “usuários” e com a funcionalidade de seus equipamentos. Em destaque, as regiões centrais serviam para abrigar obras suntuosas feitas para atrair a admiração da população e demonstrar poder, bem como oferecer serviços urbanos (LIVERANI, 2016).

Apenas os reis tinham recursos suficientes para construir grandes templos e palácios, ou de conceder moradias de grande magnificência aos seus súditos (MUMFORD, 2004). Esse ambiente alicerçado nas relações de poder distingue e reforça aqueles que têm direitos sobre a cidade e os que apenas são submissos às regras impostas pelos primeiros. As áreas de moradia de quem tinha mais prestígio podiam estar próximas do centro por apresentar certo padrão de arquitetura e requinte, condizente com os templos e palácios. As cidades antigas deviam refletir o poder de seus governantes e as suas dimensões e construções deveriam atemorizar e impressionar, ao mesmo tempo, aqueles que a olhavam.

A “arquitetura monumental”, nome dado pelos estudiosos contemporâneos às vultuosas obras arquitetônicas do período antigo, era, antes de tudo, a representação do poder, da dominação e da autoridade do rei. Estas edificações, embora realizadas pelas massas populares, muitas vezes em regimes de trabalho excessivo e compulsório, não eram usufruídas por eles. Além disto, as muralhas e portões serviam como um recurso de proteção e de segurança das cidades, bem como de uma diferenciação entre elas e o campo; tinham a função de separar os seus residentes dos externos e, ainda, controlar quem entrava ou saía: apenas uma pequena parcela de pessoas podia adentrar ou morar nas cidades (MUMFORD, 2004). Por outro lado, baseado nos estudos de Rolnik (1995) e Mumford (2004), a ideia de que a cidade era um leque de possibilidades ilimitadas, se comparadas à vida rural, transformou-a em imã, um polo de atração, “[...] um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p.12).

Antes de classificar a grandeza de uma cidade pelo seu desenvolvimento físico, no que se refere a implantação de estruturas e a expressão de suas construções, o crescimento era medido pelos termos numéricos dos habitantes. Essa maior concentração de pessoas acarretou, entre tantas consequências, duas situações que interessam bastante a este artigo: o aparecimento ou percepção da desordem, bem como a exigência do planejamento. O aumento populacional nas cidades quase sempre antecedeu ou obrigou o aprimoramento urbano. A capital do Ceará, Fortaleza, é um exemplo de como muitos governantes criaram estratégias para a organização espacial de

seu território somente após o acréscimo expressivo de sua população, sobretudo a pobre, a qual é vista como invasora, desordeira e problemática (BARROS, 2018).

A densidade demográfica das cidades antigas ocasionou a percepção/aparecimento da desordem quando “[...] lixos e excrementos eram acumulados nos arrabaldes da cidade, convidando a doença e multiplicando as vítimas da praga [...]” (MUMFORD, 2004, p. 146). Para Mumford (2004), ainda que sempre tenha existido “imundície”, em qualquer aglomerado humano, quando a cidade era pequena – em torno de 5 mil habitantes –, isto não era considerado incômodo ou ameaçador e as infelicidades sanitárias podiam ser toleradas. Porém, a partir do século XIX, dado o aumento populacional, os pobres foram vistos como classes perigosas, como aponta Sidney Chalhoub (2017). Perigo à ordem pública, foco de epidemias e propagação de vícios, as famílias mais pobres foram responsabilizadas pelas doenças, pela sujeira e por todos os males presentes nas cidades, como a violência e a criminalidade. Dessa forma, passaram a ser combatidas e excluídas das regiões centrais das metrópoles brasileiras.

A consciência dos efeitos ou defeitos causados e intensificados pelo grande contingente de habitantes impulsionou a busca por uma cidade ideal, planejada: “[...] a cidade real tinha sido idealizada, agora fazia-se um esforço, no sentido de dar existência real a uma cidade ideal [...]” (MUMFORD, 2004, p. 191). O espaço urbano – assim como o corpo e as obras de artes – passava a ser pensado e tratado de acordo com as essências simétricas dos gregos clássicos: a harmonia, a beleza e o equilíbrio. Anteriormente, acreditava-se que estes seriam alcançados a partir de um crescimento controlado da população, pois só com o pequeno número de habitantes, ou melhor, com o número suficiente de pessoas para garantir o bom funcionamento da vida citadina é que a cidade estaria organizada. Mas, quando isto não era possível, o planejamento geométrico de organização do espaço traria a ordem idealizada e desejada (MUMFORD, 2004).

Para muitos planejadores urbanos, a disposição de ruas e de quarteirões uniformes e padronizados em formato retangular, modelo do plano em grade ou da planta em tabuleiro, faria da cidade uma unidade sob controle. Este traçado favorecia a locomoção, a orientação e a identificação de seus habitantes ou visitantes. Além disto, essa ordem geométrica dividia a cidade em vizinhanças definidas, distinguindo as áreas de moradia, a partir de critérios socioeconômicos, dos locais de edifícios públicos, dando início a prática de segregação espacial (MUMFORD, 2004). Essa ordem baseada na estética conferia às cidades gregas a impressão de ser mais sanitária. Em outras palavras,

se a estrutura da moradia estava de acordo com o padrão desejado, retirava-se dela a culpa de uma possível ausência de higiene.

As inovações técnicas presentes em Roma não eram distribuídas de modo igualitário em todas as suas regiões. Os banhos privados, por exemplo, eram privilégios dos ricos. Apesar dos romanos apresentarem estes feitos de engenharia – aquedutos, esgotos subterrâneos e vias pavimentadas –, a sua instalação restrita e limitada a algumas partes da cidade não gerou o efeito almejado: a salubridade. Essa prática de não equipar as zonas mais cruciais dos centros urbanos, bem como as consequências disto, persistem até os dias atuais. A justificativa mais aceita dessas cidades antigas, além da predileção da nobreza, era a escassez de recursos técnicos, humanos ou materiais para suprir todo o território das cidades. A produção arquitetônica existente voltava-se aos centros urbanos e os construtores se empenhavam em demonstrar a grandeza e o poder de seus governantes, através de suas obras “faraônicas”.

Porém, devido à tecnologia rudimentar daquele período, quando comparada aos dias atuais, as construções demoravam décadas para serem concluídas, por isto primavam por equipar apenas partes das cidades. Atualmente, o argumento de priorização das áreas elitizadas é a mercantilização dos espaços. O pobre é excluído, esquecido, jogado nos conjuntos habitacionais periféricos feitos para os operários e apesar de ser bastante necessário ao desenvolvimento urbano, eles não têm direito a desfrutá-lo. Os promotores do urbanismo não vendem mais moradias, vendem o urbanismo, oferecem locais privilegiados, diferenciados, prontos para serem consumidos (LEFEBVRE, 2001). A cidade capitalista é dominada pelo mercado. Desse modo, os equipamentos urbanos perdem o caráter de utilidade humana e se transformam em mais um investimento do capital, voltados a encarecer as áreas dotadas com eles (ROLNIK, 1995).

Ainda que a Roma Antiga não detivesse estes valores capitalistas, a desigualdade ou a proporção injusta de melhorias urbanas em seu território torna-se um indício de que o seu planejamento urbanístico não se destinava às pessoas de poucas posses e, por outro lado, esta negligência incentivava o aumento da desordem e da precarização das condições de vida e de moradia dos residentes despossuídos: “[...] enquanto cerca de mil e oitocentas famílias de patrícios, ocupava grandes mansões privadas [...] (e) as classes médias moravam em prédios de apartamentos [...] a gente humilde vivia pessimamente [...] em alojamentos atulhados, ruidosos, sem ar, mal cheirosos, infectos” (MUMFORD,

2004, p. 242-244). Realidade muito semelhante aos cortiços¹ cariocas do século XIX, onde “[...] os indivíduos se amontoam assim como o lixo; os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam [...]” (RAGO, 2014, p. 217).

Entretanto, se em Roma, as medidas de higiene urbana estavam reduzidas ao banho, nas cidades brasileiras foram criadas várias estratégias sanitárias pelos médicos higienistas e o Estado, tais como: desinfecção dos lugares públicos, limpeza de terrenos baldios, drenagem dos pântanos, alinhamento das ruas, arborização das praças, incentivo a hábitos de higiene, saneamento básico e, principalmente, uma política de eliminação e combate aos cortiços ou qualquer forma de habitação dos pobres (RAGO, 2014). Todavia, estes projetos de salubridade revelam, conforme Valladares (2005) e Rago (2014), mais a necessidade de impedir as ameaças à saúde do burguês perfumado que uma preocupação com a população pobre. Observa-se, ainda, que o discurso sanitarista do período convergia com os planos de remodelação dos espaços citadinos: de afastar os pobres dos lugares refinados e centrais das metrópoles.

Desde o final do século XIX, a preocupação com este esquadrinhamento da população distingue os ricos e pobres, e focaliza nestes a origem dos problemas físicos e morais. Os perigos detectados nos espaços públicos são transferidos, pela imaginação dos médicos, para a habitação insalubre e suja do pobre (RAGO, 2014, p. 227).

O desejo de (re)ordenar a cidade, esteticamente, e de cercear a proliferação de doenças, transformaram o pobre e a sua moradia nos principais problemas urbanos, sem reconhecer a ausência de equipamentos urbanos como esgotos e saneamento ou a falta de qualidade das casas das pessoas mais carentes como os maiores responsáveis pelo “atraso”. A responsabilização dada a habitação do pobre de ser a origem da doença, da degradação moral e da ameaça política, legitimou as medidas de despejo e de disciplinarização da vida cotidiana dos infecciosos, como analisado por Chalhoub (2017). Contudo, por se tratar da classe trabalhadora, eles não poderiam, simplesmente, serem expulsos das cidades e deixá-las sem sua mão-de-obra produtiva. Assim, construíram as vilas operárias. Estas habitações “higiênicas e baratas”, “[...] representavam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida [...], permitem que o poder disciplinar exerça um

¹ Habitação coletiva, constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum. Também pode ser um prédio de construção antiga, onde são construídas divisões de madeira, formando quartos ou cubículos. Ver Valladares (2005).

controle fino e leve sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador” (RAGO, 2014, p. 231).

Preponderantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, as vilas operárias surgiam das aspirações dos patrões em moldar a vida dos seus empregados, tornando-os obedientes, cumpridores de seus deveres, produtivos e facilmente vigiados (RAGO, 2014). Porém, a contínua multiplicação das moradias populares exigiu ainda mais esforços dos administradores urbanos, sobretudo porque os pobres residiam nas áreas centrais. As condições das habitações insalubres e ameaçadoras à ordem sanitária foi somada às aspirações de ordem urbanísticas. A casa do pobre era considerada uma “aberração”, portanto, não era digna de constar nos mapas oficiais (BURGOS, 2006). Assim como as Vilas Operárias, produzidas pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, a nova estratégia, a partir dos anos de 1940, foi a construção dos Parques proletários pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Estes objetivavam o controle dos corpos, a eliminação de favelas e, principalmente, reafirmar a imagem de Getúlio Vargas enquanto o “pai dos pobres”:

Vargas buscava estreitar seus vínculos com as camadas populares, os parques também seriam palco de festas e eventos políticos, através dos quais os seus moradores deveriam expressar sua gratidão ao Presidente da República; consta que Vargas chegou a receber as chaves de uma casa no Parque Proletário da Gávea para seu uso pessoal (BURGOS, 2006, p. 28).

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país, novas medidas habitacionais surgiram. Ainda que a temática higienista permanecesse nas práticas governamentais, as áreas pobres deixaram de ser apenas uma ameaça sanitária, reconhecia-se que elas nasciam do déficit de moradia e da falta de poder econômico de seus habitantes, que optavam por estes locais para fugir dos aluguéis.² Da tentativa de inibir o aparecimento de novas favelas, Vargas cria o primeiro órgão nacional que atuou na provisão de casas, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM)³, em 1933. Contudo, o projeto estava limitado a servir apenas a algumas categorias de

² Ver Valladares (2005) e Bonduki (1998).

³ Decreto-Lei nº 22.872, de 29 de junho de 1933. De acordo com Bonduki (1998, p. 101-111), “embora tenham sido as primeiras instituições públicas de envergadura a tratar da questão habitacional, os Institutos [...] sempre relegaram essa atividade a segundo plano em relação às suas finalidades precípua, isto é, proporcionar benefícios previdenciários e assistência médica [...] De fato, os IAPs não eram órgãos de habitação; no entanto, a administração Vargas vinha encampando a questão habitacional como sua responsabilidade”.

trabalhadores, não sendo suficiente para extinguir as favelas ou reduzir o déficit habitacional (BONDUKI, 1998).

A exclusividade no beneficiamento de alguns empregados de ramos de atividades cobertas pelos IAP's fez Vargas construir os Parques Proletários, com a finalidade de abarcar as outras classes de trabalhadores e as “pessoas reconhecidamente pobres” (BURGOS, 2006). Porém, antes de serem contemplados com as casas dos Parques, os moradores deveriam comprovar o seu atestado de bons antecedentes e, ao instalarem-se, precisariam cumprir regras de entrada e saída dos locais e se submeterem a lições de moral e de comportamento (BURGOS, 2006). Estas instalações bastante fiscalizadas remetem à sociedade de vigilância de Michel Foucault (1987): todos vigiavam a todos e a si mesmos. Apesar desse aparente amparo aos menos favorecidos financeiramente, os Parques não tinham boas instalações e exerciam muito controle no cotidiano dos moradores, tornando-se pouco atraentes aos moradores.

Ademais, os governantes os apresentavam enquanto provisórios, prometendo o retorno para as áreas próximas em que viviam, assim que elas fossem urbanizadas, mas não era o que ocorria. Ao contrário do prometido, eles permaneciam por muito tempo nos Parques e, a exemplo dos da Gávea e do Leblon, os moradores só saíram bem mais tarde, expulsos, dada a valorização imobiliária destes bairros. Percebe-se que os planejamentos urbanos tentavam afastar os pobres dos espaços mais equipados, transferindo-os para zonas distantes, porém, se estas começam a ser valorizadas, os gestores também os excluem. Para onde iam os excluídos? Provavelmente para os lugares de origem, de onde já haviam sido retirados, ou para outros locais com grande potencial de mercado, resultando não no fim, como se pretendia, mas no aparecimento de mais “problemas”.

É importante destacar que o Estado passou a considerar os locais de habitação dos pobres como um aspecto adverso, pelo viés sanitário, econômico e urbanístico. Em outras palavras, a preocupação social não fazia parte das ações políticas e dos planejamentos urbanos, caso fizesse, ela tinha um caráter secundário. As medidas sanitaristas impostas ao cotidiano dos despossuídos visavam a não proliferação de doenças até o alcance dos bairros ricos e a garantia de operários sadios e fortes para cumprir suas jornadas de trabalho. A estética urbana era outro destaque essencial nos projetos: a cidade moderna não podia ter uma fisionomia de desordem, de casas fora do padrão, dispersas e de má qualidade, sobretudo em suas áreas centrais. Este fator mesmo

era um dos princípios legitimadores das principais reformas urbanas nas grandes cidades brasileiras.

As medidas urbanísticas de controle dos pobres

O aumento e a dispersão de aglomerados de pobres nas cidades, durante o século XX, procederam do descaso dos administradores urbanos em não prover residências para os mais necessitados, ao mesmo tempo em que garantia melhoramentos em certos locais citadinos. A alternativa, então, era ocupar os terrenos mais afastados e/ou menos equipados, sem acesso fácil aos transportes, sem direito a saneamento, sem ter serviços de saúde ou escolares, sem estar próximo ao local de trabalho, sem áreas de lazer etc. Quando a ocupação não acontecia de modo espontâneo, era o próprio Estado quem levava os pobres para estas áreas distantes e ausentes de equipamentos, por serem terras mais baratas, a partir da construção de conjuntos habitacionais. Em Fortaleza, quase todos os conjuntos destinados às camadas mais populares não estavam munidos de infraestrutura básica, de modo a melhorar as condições de vida dos menos abastados, característica que ratifica a não prioridade do elemento social nas políticas habitacionais (BARROS, 2018).

Em Teresina, outro exemplo das alternativas de “limpeza” e (re)ordenamento dos centros urbanos promovida pelos seus governantes foi incendiar as moradias dos pobres localizadas no perímetro central urbanizado da cidade: “[...] ‘casinhas de gentilha’, são ‘pobres’, de ‘palha’ e sem nenhuma arte, portanto, de muito mau gosto. Ora, habitações com tais características deixam a cidade feia [...]” (NASCIMENTO, 2015, p. 219). A capital do Piauí incomodava-se, desde o final do século XIX, com a presença vergonhosa e disforme das casas com cobertura de palhas em seu território urbano. Os administradores tentaram impedir a construção desse tipo de habitação através das regras impostas pelos Códigos de Posturas, os quais proibiam o uso de palha nos tetos e, até mesmo, reprovavam a edificação de residências de um único pavimento nas zonas centrais, para que estes locais fossem ocupados apenas por quem tinha condições de erguer moradias com mais de um cômodo e telhados incombustíveis (NASCIMENTO, 2015).

O planejamento urbano de Teresina, como a maioria das capitais brasileiras, intencionava afastar os pobres das áreas mais valorizadas. Portanto, na década de 1940, ao perceber a multiplicação de casas cobertas de palha, a primeira cidade planejada do país foi sacudida por incêndios de grandes proporções, facilitados justamente pelo

material potencialmente inflamável das moradias (NASCIMENTO, 2015). Excetuando os incêndios gerados espontaneamente ou os acidentais, o fogo atingiu diretamente os moradores mais pobres de Teresina, ao mesmo tempo em que se colocava como parte do processo de modernização da sede piauiense. Os governantes e os especuladores se beneficiaram com os incêndios porque “[...] as casas de palha junto aos seus moradores foram sendo afastados para áreas menos visíveis [...]” (NASCIMENTO, 2015, p. 18), concretizando as intenções deste “plano incendiário”.

O elemento essencial dos planos urbanísticos era a circulação. Tudo deveria estar alinhado e desobstruído para permitir a passagem. Outro item importante era a visibilidade do poder, a localização da moradia e a utilização do espaço precisavam transmitir identidade e diferenciação. “A emergência do plano como estratégia de exercício de poder urbano tem a ver com uma transformação a nível das relações de trabalho, com novas formas de pensar e especificamente com a proposta burguesa de racionalidade, cálculo e precisão na ação” (ROLNIK, 1995, p. 58). Planejar uma cidade era padronizá-la, conforme Mumford (2004), mas tais planejamentos serviam tão somente para uma pronta divisão da terra, tornando-a uma mercadoria e, preferencialmente, lucrativa. A terra urbana passava a ser um negócio:

O capitalismo ressurgente do século XVII tratava o bloco individual e o quarteirão, a rua e a avenida, como unidades abstratas para comprar e vender, sem respeito pelos usos históricos, pelas condições topográficas ou pelas necessidades sociais [...] O traçado de uma cidade não tem relação com as necessidades e atividades humanas diferentes dos negócios [...] A unidade fundamental não é mais a vizinhança ou o recinto fechado, mas o lote de edificação individual, cujo valor pode ser medido em termos de frente em metros [...] (MUMFORD, 2004, p. 456).

A padronização do espaço a partir da venda de lotes retangulares com uma frente estreita e grande profundidade, localizados em quarteirões também retangulares e padronizados e circundados por ruas de tamanho e largura igualmente regulados, resultou na nova ordem urbana que reduzia os territórios a um produto comercial e, como tal, deveria estar facilmente quantificado, calculado e ofertado. Assim, o direito de ocupar um terreno não se dava mais por acordos, parcerias ou “instalação espontânea”. Todos deviam comprar ou alugar um pedaço de chão, quer fosse para morar, construir uma empresa, plantar etc. A desigualdade socioespacial iniciou quando aqueles possuidores de mais recursos compravam muitos lotes com o objetivo de torná-los fontes de lucros, seja pela revenda superfaturada ou pela locação.

Os planejamentos urbanísticos contribuíram bastante para isto ao dedicar extensas áreas para a abertura de avenidas, para a construção de luxuosas e espaçosas residências, para os centros comerciais, para a instalação de ferrovias, para as praças, parques de estacionamento e para os viadutos. Sobravam, intencionalmente, poucos terrenos para as habitações populares. Foi assim que muitas pessoas começaram a competir por uma quantidade limitada de quartos e apartamentos, os chamados cortiços (MUMFORD, 2004). Presente em quase todas as grandes metrópoles do século XIX, inclusive nas cidades brasileiras, os cortiços, em conjunto com as fábricas e as estradas de ferro, correspondiam ao novo e moderno formato urbano (MUMFORD, 2004). Nas cidades industriais erguidas em centros antigos, estas aglomerações de pobres e trabalhadores surgiam do “aproveitamento” de velhas casas familiares transformadas em alojamentos de aluguel.

A permissão de funcionamento desse tipo de moradia de condições degradadas, congestionadas pelo amontoado de pessoas e sem nenhuma privacidade ou conforto, advinha dos grandes rendimentos gerados pela locação, os quais chegavam a se igualar ou superar os lucros com as vendas de casas e terrenos para as classes médias e altas. Existiam, ainda, habitações construídas dentro dos espaços remanescentes entre as fábricas, galpões e pátios ferroviários (MUMFORD, 2004). Morar próximo dos locais de trabalho passou a ser uma necessidade causada pela expansão horizontal das cidades, proporcionada tanto pelo crescimento populacional quanto pelo transporte ferroviário. O trem possibilitou ao homem percorrer maiores distâncias em menor tempo, bem como viabilizou um maior afastamento das indústrias de áreas residenciais, justamente por ele ser o meio de aproximação.

Residir perto do trabalho tinha o sentido de reduzir o tempo de locomoção e os custos com os transportes. Ademais, “[...] mesmo em nível tão baixo de urbanização, não se construíam casas em número suficiente em muitas cidades [...]” (e) essa carência de acomodações tornou-se quase universal entre os trabalhadores das novas cidades industriais [...]” (MUMFORD, 2004, p. 500-501). Desse modo, os cortiços ou outros ambientes afins transformaram-se no resultado contraditório dos projetos de melhoramentos ou dos planos de remodelação, afinal:

A época da invenção e da produção em massa quase não atingiu a casa do trabalhador ou as suas comunidades, até o fim do século XIX. Introduziu-se o encanamento de ferro; assim também a privada aperfeiçoada; finalmente, a iluminação e o fogão a gás, a banheira com encanamento de água e drenos fixos; uma rede de distribuição coletiva de água e um sistema coletivo de esgotos. Todos esses melhoramentos, pouco a pouco, passaram a ficar ao

alcance dos grupos econômicos médios e superiores [...] (MUMFORD, 2004, p. 504).

A despreocupação dos governantes em fornecer melhores habitações aos pobres ou de facilitar o acesso desse público às inovações sanitárias e tecnológicas do período resultou em um quadro crítico e desencantador de doenças, de sujeiras, de odores e de criminalidades. Havia uma antítese: o “progresso” destinado a poucos impulsionava o “declínio” das cidades. Contudo, os efeitos negativos presentes nos ambientes urbanos, causados pelo abandono social dos mais carentes, ao invés de serem entendidos ou tratados como consequências de uma sociedade excludente e desigual, foram tidos como uma ameaça à ordem pública. “A visão de multidões de pessoas aglomeradas em um só lugar, a maioria delas pobres e sem evidentes laços familiares e de riqueza, despertava ansiedade [...]” (TUAN, 2005, p. 259) de todos os governantes e cidadãos bem instalados. Na busca de reverter tal desordem, dois campos de saberes passam a executar inúmeras intervenções nas cidades: a medicina higienista e o urbanismo.

A insalubridade e a imundície dos cortiços, bem como a rápida proliferação de doenças dentro das áreas urbanas uniram médicos e urbanistas. Enquanto os primeiros difundiam noções de higiene e promoviam diversas ações de profilaxia nas casas, os segundos criavam uma série de projetos urbanísticos “[...] com a finalidade declarada de nortear procedimentos para tornar as cidades saudáveis [...]” (BRESCIANI, 2009, p. 34). A higienização do espaço citadino foi, também, uma das estratégias do planejamento urbano de Fortaleza, em meados do século XIX (PONTE, 2007). Porém, como a capital cearense não era uma cidade necessariamente industrial e, assim, sem muita presença de cortiços, as medidas sanitárias foram ações de confinamento de tudo e todos que maculassem a sua imagem asséptica e aformoseada. Portanto, qualquer corpo ameaçador da ordem era retirado do convívio da sociedade e recluso em instituições específicas para cada “transgressor”:

Os mortos, para o novo cemitério (São João Batista); os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda; os couros, peles e carnes, para curtumes e matadouros distantes; os loucos, para o Asilo de Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo de Mendicidade; os “vadios” (desempregados), para a cadeia; os retirantes, para os abarracamentos na periferia [...] os pobres, para o Dispensário dos Pobres [...] (PONTE, 2007, p. 179).

As estradas de ferro, o novo cemitério enquanto intervenção sanitária, a criação da Academia Francesa, a iluminação a gás carbono, substituindo a de azeite de peixe e outros melhoramentos, partiam de uma Fortaleza que se modernizava sob a égide do medo e da exclusão daqueles que representavam o perigo do contágio, da morte e da

pobreza (PONTE, 2007). A capital cearense era planejada para os mais abastados, para as pessoas consideradas saudáveis, limpas e civilizadas. Qualquer pessoa que fugisse desses padrões – sobretudo os pobres, característica comum a quase todas as categorias mencionadas na citação acima – não era digno de pertencer a sociedade e, menos ainda, de usufruir ou de ocupar algum de seus espaços “modernizados”. A cidade planejada é considerada, supostamente, um lugar sem males, utopia que seduz, até os dias atuais, os defensores dos planejamentos urbanos (ROLNIK, 1995). No século XIX, o “mal” de Fortaleza eram os “indisciplinados e doentes”, por isto surgiram tantos locais de reclusão.

As antigas sociedades buscavam controlar as pessoas que fugiam dos padrões e promoviam o caos (pessoas com deficiência, pobres, vagabundos, criminosos) usando vários métodos tais como humilhação, castigos físicos, execuções, exílio (expulsão do corpo social) e reclusão (isolamento em asilos ou prisões), estes últimos relacionam-se ao exemplo acima (TUAN, 2005). No século XX, os “males” não são apenas os pobres, mas, principalmente, os seus locais de moradia. O maior incômodo para os governantes da cidade de Fortaleza eram os “[...] numerosos mocambos que ocupavam extensa área da orla marítima, na qual famílias constituídas, mas extremamente pobres, coexistiam com a prostituição e elementos delinquentes [...]” (FORTALEZA, 1974, p. 15). O agrupamento de casas de pessoas pobres era visto como lócus do caos e, assim, um problema urbano a ser resolvido.

Não tinha como justificar a ação de exilar dezenas de milhares de pessoas do território citadino, mas se podia “expulsá-las” para os limites geográficos, para as fronteiras, para longe do centro. Fazendo isto, os pobres estariam isolados e segregados, afastados e escondidos, fora do cotidiano das elites, sendo visíveis apenas quando da necessidade da migração pendular⁴: a cena clássica diária das massas se deslocando em transportes superlotados para estudar ou trabalhar, “[...] com isto, bairros inteiros das cidades ficam completamente desertos de dia, os bairros-dormitórios, assim como algumas regiões comerciais e bancárias parecem cenários ou cidades-fantasmas para quem as percorre à noite [...]” (ROLNIK, 1995, p. 42). Exilar e isolar transformaram-se nas políticas de retirar, afastar e esconder estes habitantes, transferindo-lhes aos conjuntos habitacionais nas periferias ou fora dos perímetros mais centrais e valorizados

⁴ Denominação dada ao deslocamento diário de pessoas para outras cidades, regiões, estados ou países devido ao trabalho ou aos estudos e, ao cumprirem suas jornadas, eles retornam as suas moradias. A migração pendular recebeu este nome pela comparação do movimento de ida e volta da população à um pêndulo.

das cidades, afinal, “[...] os pobres tinham de ficar quietos em um lugar [...]” (TUAN, 2005, p. 305). Se não mais em asilos ou prisões, às margens.

Mas antes que os administradores urbanos brasileiros criassem projetos de habitação com o objetivo de vender ou, por vezes, doar lotes ou casas aos mais pobres, as intervenções urbanísticas vinculadas aos ideais sanitaristas atuaram na erradicação dos cortiços e de qualquer aglomerado, lócus da pobreza, pois os seus moradores representavam tudo o que a burguesia rejeitava: desordem, incivilidade, ignorância, insalubridade, vícios, maus hábitos (RAGO, 2014). Nesse sentido, o papel da polícia era vigiar as ruas e banir os vadios, ébrios, mendigos, e todos os que ameaçavam a ordem e a estabilidade públicas. Manter os pobres e os chamados "indesejáveis" afastados dos centros também era tarefa desse dispositivo militarizado. O preconceito contra os pobres nos primeiros anos da República, recém-saída de um regime escravagista, partia da diferença dos modos de vida dos cidadãos bem-nascidos e dos desvalidos: “[...] a forma de vestir, os lugares frequentados, as companhias, as moradias, as diversões etc., eram itens que desclassificavam ou classificavam um indivíduo. Os hábitos dos pobres, em geral, eram considerados sinais de decadência, de falta de civilização, de atraso social [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 96).

Tachar de atraso os costumes dos menos favorecidos, tendo como medida as práticas corriqueiras dos setores médios e altos era, sem dúvidas, desconsiderar, utilizando as proposições de Bourdieu (2007), a ausência de capital cultural, econômico e social dos moradores dos cortiços. Entretanto, foi a partir deste “julgamento” ou desclassificação dos pobres enquanto uma ameaça social, que se constituíram os planejamentos das cidades, exemplificado, sobretudo, pela destruição do cortiço Cabeça de Porco, pelo Prefeito Barata Ribeiro e das Reformas de Pereira Passos, ambas ocorridas no Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005); como também das obras voltadas ao aformoseamento de Fortaleza (praças, jardins, mercados, teatros) para servir quase que exclusivamente aos ricos (PONTE, 2007). Os espaços brasileiros eram pensados e moldados segundo os padrões burgueses de civilização dos países europeus e, para estes, a cidade, a ordem e a saúde eram luxos impossíveis para os pobres (BRESCIANI, 2009).

Entre 1895 e 1930, os projetos de melhoramentos elaborados e realizados nas cidades brasileiras, influenciados pelas reformas de Paris e Viena, focavam, principalmente, na estética das áreas centrais das metrópoles, ressalta-se que neste modelo urbano de casas alinhadas, ruas largas, praças, parques, o centro não é mais

definido pelo “acaso” ou pelo processo histórico de formação⁵, mas sim conforme o desejo do engenheiro-projetista de “embelezá-lo” (LEME, 1999). Todavia, o remodelamento era ainda um recurso para excluir a multidão amedrontadora dos centros urbanos: os trabalhadores, os pobres e os criminosos, os quais eram vistos como pertencentes a uma mesma degradada condição humana, a da classe proletária urbana (BRESCIANI, 1992).

Outra questão essencial nos planos era o saneamento das cidades devido às epidemias de febre amarela, varíola e malária, porém, no caso do Rio de Janeiro, junto a construção de redes de esgotos, ocorreram as operações de combate ao *Aedes Aegypti*, as demolições dos cortiços e de habitações consideradas anti-higiênicas e a campanha de vacinação de Oswaldo Cruz, ações promotoras de uma verdadeira “guerra” contra a população pobre. Em 1902, o Prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) deu início a uma reforma urbanística e higiênica na antiga capital federal, a fim de alinhá-la aos novos padrões urbanos à semelhança da Paris de Haussmann (GUERREIRO, 2019). Assim, ele investiu na derrubada de cortiços e casebres espalhados pela cidade, deixando vários moradores desabrigados, algo que contribuiu para a ocupação dos morros cariocas; invadiu residências para desinfecção e extinção de viveiros do mosquito transmissor da febre amarela, ação denominada de “mata-mosquitos” e; motivado pelo enfrentamento a varíola, apoiou as medidas do médico sanitarista Oswaldo Cruz, instituindo a lei de vacinação obrigatória (BRASIL, 1904).

Isso foi o estopim para a eclosão de um conflito urbano de origem popular, ocorrido entre 10 e 18 de novembro de 1904, contra as políticas higienistas no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina, a qual também contou com alguns setores ligados à política, sobretudo os opositores do governo do Presidente Rodrigues Alves:

A Revolta da Vacina foi um protesto popular gerado pelo acúmulo de insatisfações com o Governo. A reforma urbana, a destruição de casas, a expulsão da população, as medidas sanitárias (que incluíam a proibição de mendigos e cães nas ruas, a proibição de cuspir na rua e nos veículos) e, finalmente a obrigatoriedade da vacina levaram a população a levantar-se para dizer um basta. O levante teve incentivadores nos políticos de oposição e no Centro das Classes Operárias. Mas nenhum líder exerceu qualquer controle sobre a ação popular (CARVALHO, 2016, p. 80).

Essa reação e resistência às práticas governamentais sanitaristas vistas pelos moradores enquanto uma ameaça à privacidade do cidadão, uma violação do lar e uma ofensa a honra da família, devido aos boatos de que o recebimento da visita dos inspetores

⁵ “Centro” significa também ‘origem’ e conota um sentido de ponto inicial e começo” (TUAN, 2013, p. 156).

da saúde era compulsória e de que os locais de aplicação da vacina “invadia” as intimidades das mulheres, fomentou o envolvimento do Superior Tribunal Federal na causa, o qual julgou como inconstitucional as operações de expurgo sem o consentimento dos proprietários dos imóveis visitados (GUERREIRO, 2019). Se os “rebeldes” estavam conscientes ou não de que os melhoramentos urbanos não eram para o seu usufruto, foram estes equipamentos, de todo modo, os alvos principais: as barricadas bloquearam as ruas mais aformoseadas; houve a destruição de postes de iluminação e de calçamento e a depredação de patrimônio público e privado (CARVALHO, 2016).

Cenário bem diferente quando da Liga de Vacinação do Ceará idealizada pelo farmacêutico higienista Rodolfo Teófilo, também contra a Varíola. Esse evento obteve resultados mais positivos e, praticamente, ocorreu sem conflitos (COSTA, 2004). Ainda assim, a massa popular de Fortaleza, em outro momento, também reagiu contra os signos da remodelação urbana:

Embora a revolta tivesse como objetivo central depor Accioly e os equipamentos urbanos depredados fossem, em parte, realizações da oligarquia, é plausível indagar se tais “loucuras do populacho em sua faina de destruição” não representavam também uma forma de protesto dos segmentos populares contra aquela modernização urbana que, sabiam e sentiam claramente, não os beneficiava (PONTE, 2007, p. 183).

Entre 1896 e 1912, Antônio Nogueira Accioly governou o Ceará, período conhecido por oligarquia acciolina. O Governador foi mais um gestor que, influenciado pelas reformas urbanas no Brasil, investiu em projetos de embelezamento e de disciplinarização dos espaços na capital cearense. Para se manter por 16 anos no poder, o oligarca se utilizava de práticas nepóticas e corruptas, bem como de violência contra seus adversários políticos. Suas medidas econômicas de aumentar os impostos também desagradavam comerciantes e industriais. Os confrontos entre policiais ligados ao governante e os populares iniciaram na Passeata das crianças, quando os soldados montados investiram contra os manifestantes sem se importar com a presença de centenas de menores. Durante três dias, findados com a deposição de Accioly, uma multidão enfurecida – agindo de modo semelhante aos cariocas –, arrancou postes de iluminação, incendiou bondes e cafés, depredou praças e jardins, danificou estátuas, bancos, jarros (PONTE, 2007). Vingaram-se de todos os elementos “modernos” que não podiam desfrutar, pois não eram feitos para eles.

Importando-se em deixar os centros mais embelezados, limpos e saudáveis, os governantes destruíram cortiços e afins, desabrigando milhares de pessoas, sem lhes

oferecer outra opção de moradia. A higienização não era apenas da cidade, mas dos corpos; o objetivo era esquadrihar ruas e vigiá-las; manter os chamados "indesejáveis" sob controle. Porém, o resultado foi a produção "espontânea" de um novo aglomerado de pobreza, aquele que seria considerado o principal, senão maior problema urbano durante todo o século XX, a favela⁶. Os melhoramentos de cunho higienista e urbanístico implantados nos centros urbanos já estabelecidos, a exemplo do Rio de Janeiro e Fortaleza, combateram as habitações dos pobres, por estas representarem um atraso, um obstáculo ao progresso almejado pelos republicanos, os quais se utilizavam destes aprimoramentos para convencer a sociedade de que o país estava a salvo do passado colonial, retrógrado, escravocrata e senhorial em que esteve acometido por séculos (D'ELIA JÚNIOR, 2011).

As novas cidades republicanas: Belo Horizonte, Goiânia e Brasília

Na defesa deste ideal, a simples "correção" ou aformoseamento das áreas urbanas não seria suficiente. Era necessário construir cidades planejadas, as quais deveriam ser novas e iniciadas em terrenos inexplorados, além de higiênicas e estruturadas, alinhadas com a imagem que o novo regime político pretendia consolidar, de ser o promotor de um bom futuro a todos e um incentivador de novas possibilidades (D'ELIA JÚNIOR, 2011). As cidades planejadas, portanto, surgiam como elemento de inovação e busca por novos horizontes. Não à toa, ainda no final do século XIX iniciou-se a construção de Belo Horizonte para ser a nova capital de Minas Gerais, pois a antiga Ouro Preto, além de ter uma localização que dificultava a expansão urbana, representava o tempo do Império monárquico e uma herança colonial, portanto, não mais se enquadrava como uma das moradas do poder republicano (GIFFONI, 2010). A proposta dessa nova capital mineira deveria sintonizar os avanços da ciência, pautados nos objetivos sanitaristas e das técnicas urbanísticas, isto é, de "[...] obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento [...]" (LEME, 1999, p. 223), a fim de expressar o novo Brasil a ser construído pela República.

⁶ Em 1897, os soldados que voltavam da Guerra dos Canudos, um conflito entre os seguidores de Antônio Conselheiro e as tropas republicanas, ocorrido no sertão baiano, passaram a ocupar o Morro da Providência⁶, no Rio de Janeiro, o qual foi renomeado de Morro da Favela. Para muitos estudiosos, a troca do nome deu-se pela planta favela, espécie de vegetação presente em Canudos, ser encontrada também na Providência

A ideia de construir uma nova capital para Minas Gerais remontava à Inconfidência Mineira; sua retomada nos primeiros anos da República resultava não apenas das limitações oferecidas pela velha capital Ouro Preto, mas respondia também a demandas colocadas pelo rearranjo das forças econômicas e políticas do Estado (LEME, 1999, p. 222).

Após a Proclamação da República, intensificam as disputas políticas entre os representantes dos setores econômicos. De um lado estavam as elites ligadas a decadente atividade mineradora da região central de Minas Gerais; de outro, os agropecuários da região sul e, por último, os cafeicultores da Zona da Mata, mas havia consenso entre eles acerca da necessidade de mudança da capital (TONUCCI FILHO, 2012). De todo modo, o plano urbano de Belo Horizonte foi mais um exemplo de como as cidades planejadas, imbricadas aos valores comerciais da terra, não incluíram os pobres em seus traçados. O projeto original da capital mineira concebia três zonas, a urbana, a suburbana e a rural (também chamada de sítios). A primeira correspondia a área mais nobre e mais bem equipada, a ser ocupada pelas famílias abastadas; a segunda serviria como uma alternativa a quem não quisesse residir na parte urbana. Quando esta foi ocupada pelas pessoas de baixa renda, a zona suburbana foi considerada uma outra cidade fora do plano, pois ao ser desrespeitado a sua função original, ela se constituiu como uma periferia irregular e com pouca infraestrutura (TONUCCI FILHO, 2012).

A zona rural previa a formação de áreas agrícolas, uma espécie de cinturão verde para abastecer a capital. Porém, devido à contínua ocupação das massas na zona suburbana, ela foi rapidamente transformada em subúrbio também. Inicialmente, foi tolerado a instalação de pobres e de trabalhadores nos perímetros centrais da parte urbana, originando as primeiras favelas. Contudo, nas duas primeiras décadas do século XX, houve uma política de expulsão desses moradores, os quais, sem outra opção, passaram a ocupar ainda mais os subúrbios, multiplicando essas áreas marginalizadas (TONUCCI FILHO, 2012). Ocorreu um planejamento sem destinar nenhum (ou o menos equipado) lugar aos mais carentes e, quando eles ocuparam áreas ociosas – as sobras das classes altas –, eles foram considerados invasores, inconvenientes, um transtorno aos administradores urbanos, algo “fora do plano”, contraventores da ordem e do rigor do “Plano Geral da Cidade de Minas”.

Seus locais de moradia passam a ser um problema, mas, na verdade, eles resultaram das falhas dos projetos, da discrepância entre o planejado e o vivido, da utopia de imaginar e concretizar uma cidade sem a presença de pobres, desprezando a realidade de pobreza e desigualdade da maior parcela de seus habitantes. Muito dessa ilusão, vivenciada nos anos iniciais do Governo republicano, permaneceu como concepção

norteadora de outros dois processos de construção de capitais planejadas, Goiânia e Brasília, e reproduziu as mesmas ações excludentes contra os menos favorecidos. Os anos de 1930 até 1950 marcaram uma nova elaboração de planos urbanísticos que, partindo de uma visão de totalidade, propunham a articulação entre o centro e os demais bairros das cidades (LEME, 1999). Nesta perspectiva, entende-se o porquê da emergente capital goiana, construída entre 1933 e 1937, ter a sua estrutura urbana bem interligada: “[...] a impressão que se tem ao olharmos o plano é que todos os caminhos da cidade, encontram-se no centro administrativo, a Praça Cívica” (CLEPS e SILVA, 2018, p. 149).

Goiânia, semelhante a Belo Horizonte, surgiu da substituição de capitais “atrasadas” por cidades mais “modernas”. A Vila Boa de Goiás também foi, como Ouro Preto, considerada arcaica, ausente de infraestrutura e incapaz de servir como núcleo administrativo e de desenvolvimento econômico. A nova capital reproduzia a lógica de inserção da região Centro-Oeste no ideário de modernização e foi projetada a partir da união de suas características funcionais⁷ com a estética, preconizadas pelo projeto “cidade-jardim” (CLEPS e SILVA, 2018). As cidades-jardim eram uma pretensão de arquitetar metrópoles sem perder o conforto e as qualidades encontradas no campo, isto é, de que as capitais podiam ser modernas e industrializadas, mas também arborizadas, com água limpa e vida saudável, produzindo mais bem-estar aos seus moradores abastados (CLEPS e SILVA, 2018). Ideal que tentava reverter os efeitos negativos do crescimento urbano: a destruição de rios, transformados em esgotos; a poluição do ar, contaminados pelas indústrias; o desmatamento; o acúmulo de lixo e sujeira etc. (MUMFORD, 2004).

Como Belo Horizonte, o plano goiano não abrangia os mais pobres e, inclusive, por receber muita iniciativa privada em sua construção, já nasceu à mercê da especulação imobiliária, exercendo grande dificuldade de aquisição de moradias pelas camadas populares, sobretudo pelos trabalhadores da construção civil que migravam à Goiânia, atraídos pelas promessas de enriquecimento e de doação de lotes. Mas, ao chegarem, a realidade era muito diferente e controversa. Os contratados para erigir a promissora sede estadual, junto aos seus edifícios e residências, eram impelidos às margens – morando em barracos e casebres feitos de taipa:

Desde o primeiro planejamento da cidade, os trabalhadores, principalmente, da construção civil foram excluídos. Isto porque, apesar de ser previsível a

⁷ “A cidade teria os setores: central, norte, sul, leste e oeste, onde seriam distribuídas as zonas: residencial, administrativa, comercial, industrial, rural, vias públicas, espaços livres, praças, um aeroporto e uma estação ferroviária” (LEME, 1999, p. 226).

chegada de um grande contingente de pessoas para as obras, não foram projetados bairros que pudessem abrigar os operários. Coube a eles ocuparem os espaços marginalizados pelo plano piloto e resistir às constantes ameaças do governo de expulsá-los das áreas públicas (CLEPS e SILVA, 2018, p. 154).

Note-se a repetição excludente, antes ocorrida em Belo Horizonte: os planos não separavam nenhuma área para os mais necessitados, efetuando uma exclusão “fria”, velada, de modo indireto; a cidade não era para eles e, portanto, caso eles ocupassem qualquer local, enfrentavam uma outra exclusão, dessa vez “quente”, ostensiva, de ações diretas. Ao considerar os aglomerados de pobreza enquanto um infortúnio, o Estado também assumiu a inevitabilidade e perenidade deles, passando a atuar na provisão de casas. Por servir aos interesses capitalistas, as políticas habitacionais não significaram uma distribuição de riqueza e de direito à moradia, ao contrário, elas se transformaram em extração de renda, a partir da lógica do endividamento, defendido pelo incentivo à compra da casa própria (ROLNIK, 2015).

Essa iniciativa influenciou algumas capitais a criarem programas habitacionais. Uma delas foi Recife, em Pernambuco, com uma campanha chamada Liga Social Contra o Mocambo, em 1939. Ela incentivava a construção de casas para os setores populares, incluindo os trabalhadores informais, bem como combatia “[...] o mal que assolava a planície recifense [...]” (LEME, 1999, p. 306), os mocambos.⁸ De todo modo, seguindo quase todos os resultados das políticas de habitação brasileiras, a Liga não edificou moradias suficientes: derrubou 14.597 mocambos, entre 1939 e 1945, enquanto apenas 6.173 unidades foram construídas (LEME, 1999).

Estima-se que $\frac{1}{4}$ da população total da cidade de Recife fora deslocada durante as ações do programa. Não é difícil perceber a enorme disparidade entre os despejos e as construções: para cada três mocambos demolidos, construía-se apenas uma casa. Assim, restaram cerca de 42.120 pessoas sem casa depois destas ações de cunho “social” (LEME, 1999, p. 308).

Os resultados da Liga Social Contra o Mocambo em Recife e de muitos outros programas de moradias populares mostram os interesses do Estado, dos urbanistas e dos imobiliários. Não houve a intenção de solucionar o déficit produzindo casas a baixo custo para todas as famílias, mas de combater as construções espontâneas de áreas específicas das cidades. Na década de 1950, iniciava-se uma nova fase de planos urbanísticos no Brasil, tentando acompanhar as transformações no campo dos estudos urbanos pela emergência de novos temas, houve a introdução de novos métodos e da

⁸ Tipo de habitação rústica e precarizada.

interdisciplinaridade – arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, entre outros – dirigidos à questão urbana (LEME, 1999).

Um dos objetos de planejamento e intervenção foi o desenvolvimento regional, sobretudo após a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). Na busca de implantar uma política desenvolvimentista, JK instituiu o Plano de Metas: “[...] energia, transporte, alimentação, Indústria de base, educação, mais a meta-síntese, Brasília, voltada para a internalização socioeconômica do país” (LAFER, 2019, p. 130-131). Entre as justificativas da transferência da Capital Nacional ao Centro-Oeste, destacam-se: ser um antídoto para a corrupção, entendida como mal crônico da velha capital, Rio de Janeiro; descentralizar a economia e a industrialização concentrada na Região Sudeste; e de materializar a modernização através de um símbolo de “um novo tempo”, consolidando, ainda, a arquitetura moderna brasileira no plano internacional.⁹

Mesmo com todo o discurso modernizador de interesse nacional, Brasília também não foi planejada para abrigar moradores pobres e, desde o início de sua construção promoveu diversas ações de segregação socioespacial¹⁰, expulsando para longe do Plano Piloto os setores populares, a fim de preservar os ambientes nobres para os cidadãos privilegiados economicamente (OLIVEIRA, 2008). A exclusão iniciou quando os Candangos, nome dado aos trabalhadores que migraram a Brasília e utilizado para distingui-los dos funcionários graduados também migrantes, alojavam-se na denominada Cidade Livre, primeiro acampamento operário da nova capital, enquanto os técnicos, políticos e empregados em geral, instalavam-se em residências feitas pela Fundação Casa Popular-FCP¹¹ e os Institutos de Previdência. Além disto, ao aproximar-se da inauguração de Brasília, os Candangos foram remanejados para as distantes Cidades-Satélites (OLIVEIRA, 2008).

Os espaços onde construíram as Cidades-Satélites foram inicialmente planejadas para abrigar a população excedente do Plano Piloto, isto é, pessoas de posses que preferissem áreas mais livres e menos agitos. A justificativa dada pelos planejadores em não ter reservado áreas para os trabalhadores mais carentes foi a crença ou desejo no

⁹ Ver Leme (1999) e Oliveira (2008).

¹⁰ “Intervenções urbanas e habitacionais impostas pelos administradores das cidades, que interferem diretamente na configuração espacial, marcando uma desigualdade territorial entre os setores sociais” (BARROS, 2018, p. 15).

¹¹ Decreto-Lei nº 9.218, de 01 de maio de 1946/ Art. 1º: “Fica o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a instituir uma fundação denominada “Fundação da Casa Popular”/Art. 2º: “A Fundação destinar-se-á a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural” (BRASIL, 1946, [s.p.]).

regresso da maioria dos empregados migrantes às suas terras de origem ao final da construção. Contudo, segundo Oliveira (2008), como o retorno não aconteceu, houve a necessidade de afastá-los dos perímetros valorizados. Desse modo, a primeira Cidade-Satélite que recebeu os preteridos do Plano Piloto, antes mesmo da conclusão de Brasília, foi Taguatinga, em 1958. Posteriormente, criaram Sobradinho e Gama; expandiram outras áreas para os Candangos em Taguatinga e surgiram Brazlândia, Planaltina e o Núcleo Bandeirante. Este último substituiu o histórico assentamento Cidade Livre e se tornou a cidade “candanga” mais próxima da Capital, devido à mobilização popular de seus moradores, sobretudo, dos comerciantes (OLIVEIRA, 2008).

As transferências de trabalhadores pobres para as Cidades-Satélites permaneceram vigentes durante a década de 1970. Um dos principais argumentos para a retirada dessas pessoas era a proteção ambiental da Bacia do Paranoá, a fim de que esta não fosse degradada ou poluída. Porém, após a erradicação dos pobres, os mesmos espaços passaram a ser ocupados pelos setores médios e altos, a partir da construção do Setor de Mansões *Park Way* e diversos condomínios de luxo (OLIVEIRA, 2008). Houve muita desigualdade dos padrões urbanísticos entre o Plano Piloto e as Cidades-Satélites, enquanto o primeiro apresentava toda a infraestrutura necessária à Capital, as segundas eram verdadeiros subúrbios, realizados de modo apressado, sem muitos investimentos e com todos os defeitos comuns a muitas periferias (LEME, 1999).

Conclusão

Seja em épocas antigas ou contemporâneas, o planejamento e/ou o melhoramento das cidades foram pensados para beneficiar as classes dominantes, a urbe não foi feita para os pobres, ainda que tenha sido construída por eles. Por outro lado, a tendência de dividir os centros urbanos em espaços de pobreza e espaços da burguesia, presente na maioria das intervenções urbanísticas do século XX, também acarretou tensões entre as classes: “[...] a cidade é a própria expressão dos conflitos sociais, diante do crescimento da segregação” (BERNAL, p. 160). A partir de um trabalho de conscientização das pessoas, por meio de sindicatos ou associações comunitárias, grande parcela dos excluídos da sociedade começou a reivindicar seus direitos e a lutar pela cidade, sobretudo, pela moradia. Esses movimentos foram intensificados, a partir da década de 1980, devido ao enfraquecimento do aparelhamento repressivo da Ditadura e o início da abertura político-democrática.

Ainda assim, quando os administradores urbanos concedem alguma vantagem aos mais carentes, os grupos mais abastados criam outras maneiras de segregá-los. Se antes, as “muralhas das cidades” eram as protetoras de seu território e controlavam os que pertenciam ou não ao seu corpo social, atualmente a “cidade de muros” resguarda os espaços privados de seu interior (CALDEIRA, 2011). Em seu estudo sobre a violência e o medo na cidade de São Paulo, Caldeira (2011) fala sobre o principal tipo de habitação atual, o condomínio fechado ou “enclave fortificado”. Este é um local privatizado, fechado e monitorado para residência, consumo, lazer e trabalho, com o propósito de dar segurança e segregar aqueles que têm mais posses do restante da população. Se os espaços públicos não têm mais a muralha de defesa contra o ataque de outras civilizações, de pobres e de saqueadores, os privados passaram a adotar esse modelo, motivados pela insegurança e o medo do convívio com o outro e para isolarem-se daqueles percebidos como diferentes, já que os planejamentos urbanos não alcançaram esse objetivo definitivamente.

FROM ANCIENT ROME TO BRASÍLIA: THE PLANNED CITY WAS NOT MADE FOR THE POOR RESIDENTES

Abstract: Based on a dialogue with several city and urbanization researchers, this study draws a comparison between the importante old urban centers and some of the current Brazilian metropolises, showing a common permanence between them, the segregation of their poor residents. In other words, the text addresses how throughout the growth of cities, urban planning promoted the spatial exclusion of the less affluent population, keeping it away, peripheral and unassisted.

Keywords: Urban Planning. Housing. Spatial Segregation.

DE LA ANTIGUA ROMA A BRASÍLIA: LA CIUDAD PLANIFICADA NO FUE HECHA PARA LOS POBRES

Resumen: A partir de un diálogo con varios investigadores de la ciudad y la urbanización, este estudio establece una comparación entre los importantes centros urbanos antiguos y algunas de las actuales metrópolis brasileñas, presentando una permanencia común entre ellas, la segregación de sus habitantes pobres. En otras palabras, el texto discute cómo, a lo largo del crecimiento de las ciudades, la planificación urbana promovió la exclusión espacial de la población menos favorecida, manteniéndola distante, periférica y desatendida.

Palabras Clave: Urbanismo. Vivienda. Segregación Territorial.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro. "Porões, Sótãos e Palhoças": as moradias dos pobres sob a mira do serviço sanitário em São Luís/MA nos primeiros anos da República. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros [et al.] (Org.). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.
- BARROS, Angerlânia da Costa. **Retirar, afastar e esconder**: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S. A., 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 1.261**, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatórias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 9.777**, de 6 de setembro de 1946. Estabelece bases financeiras para a "Fundação da Casa Popular" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9777.htm#:~:text=DEL9777%2D46&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%209.777%2C%20DE%206%20DE%20SETEMBRO%20DE%201946.&text=Estabelece%20bases%20financeiras%20para%20a,Popular%22%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20Ancias. Acesso em: 14 mai. 2022.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo: uma possível análise historiográfica. **POLITÉIA: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, 2009. p. 21-50.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. — 2a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. e SILVA, Karinne Machado. O lugar dos trabalhadores na cidade planejada: plano de urbanização de Goiânia de 1938. **Revista Nós**, Goiânia, vol. 3, n. 3, 2018. p. 146-158.
- COSTA, Márcia Filipa Gomes. **Espaços de sociabilização na cidade e na arquitetura**: da antiguidade clássica à contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Lusófada de Lisboa, Lisboa, 2015.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.11, n.1, Jan./Abr., 2004.

D'ELIA JÚNIOR, Antônio. Morada do poder: a experiência republicana das capitais planejadas. **Revista de Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, 2011. p. 124-146.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIFFONI, Iomara Albuquerque. **Belo Horizonte**: da cidade planejada ao planejamento da cidade. Turismo na Praça da Estação. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Consciência e sociedade civil. In: BACHA, Edmar (et. al.). **130 anos**: em busca da República. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

LAFER, Celso. Antagonismo político e os “anos dourados”. In: BACHA, Edmar (et. al.). **130 anos**: em busca da República. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. F. (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente**: História, Sociedade e Economia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. **Universitas Humanas**, Brasília, vol. 5, n.1/2, Jan./Dez., 2008. p. 49-76.

PONTE, Sebastião Rogerio. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Experiência vitoriosa de desfavelamento**: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1974.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Londrina: Edue, 2013.

_____. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOBRE A AUTORA

Angerlânia da Costa Barros é doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Recebido em 02/04/2023

Aceito em 07/11/2023